

Perfil Epidemiológico da Violência Psicológica em Mulheres no Rio de Janeiro (RJ)

Epidemiological Profile of Psychological Violence Against Women in Rio de Janeiro (RJ)

Kevin Cristian Paulino Freires¹, Anailda Fontenele Vasconcelos², Kelvin Câmara³, Giovana Figueiredo Martins⁴, Maria Clara Müller Coutinho Mendes⁵, Jamile Sales Rocha⁶, Juliana Dourado de Araújo Costa⁷ e Danyele Rodrigues de Lira⁸.

RESUMO

Objetivo: Descrever o perfil epidemiológico da violência psicológica em mulheres no Rio de Janeiro através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa ecológica, transversal e retrospectiva com uma abordagem quantitativa. Realizou-se uma pesquisa quantitativa no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre os anos de 2017 e 2021 no estado do Rio de Janeiro (RJ) com o intuito de buscar informações sobre mulheres vítimas de violência psicológica a partir de dez a sessenta anos ou mais de idade. **Resultados:** observou-se uma estabilidade nos números de notificação dos casos de violência psicológicas entre os anos de 2017 e 2020, no entanto, houve uma diminuição expressiva no ano de 2021, de 2.220 casos em relação ao ano anterior, o que demonstra uma redução de, aproximadamente, 35% na notificação, porém esses dados divergem dos reais, onde a violência psicológica é a mais prevalente. **Conclusão:** Foi possível observar que a faixa etária onde os números aparecem de forma mais elevada corresponde ao público entre 20-29 anos, dentro de uma avaliação de idade que corresponde dos 10 anos à mais de 60 anos. Cabendo a essa população de 20-29 anos a necessidade de ser investigada com maior aprofundamento em sua saúde mental.

Palavras-chave: Epidemiologia; Mulheres; Violência Psicológica.

ABSTRACT

Objective: To describe the epidemiological profile of psychological violence against women in Rio de Janeiro through the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS). **Methodology:** This is an ecological, cross-sectional and retrospective research with a quantitative approach. A quantitative survey was carried out in the Notifiable Diseases Information System (SINAN) between the years 2017 and 2021 in the state of Rio de Janeiro (RJ) in order to seek information on women victims of psychological violence from ten to sixty years of age or older. **Results:** there was stability in the number of notifications of cases of psychological violence between 2017 and 2020, however, there was a significant decrease in the year 2021, of 2,220 cases compared to the previous year, which demonstrates a reduction of approximately 35% in the notification, but these data differ from the real ones, where psychological violence is the most prevalent. **Conclusion:** It was possible to observe that the age group where the numbers appear higher correspond to the public between 20-29 years old, within an age assessment that corresponds to 10 years old to over 60 years old. It is up to this population aged 20-29 years to be investigated in greater depth in their mental health.

Keywords: Epidemiology; Psychological Violence; Women.

¹ Graduando em Matemática, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará 01. <https://orcid.org/0000-0002-4039-7298>.

E-mail:

kevin.cristian.paulino62@aluno.ifce.edu.br.

² Enfermeira, Centro Universitário Inta-Uninta 02. <https://orcid.org/0000-0002-2846-0936>.

³ Graduando em Medicina, Universidade Cesumar 03. <https://orcid.org/0009-0005-6734-2595>.

⁴ Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário Maurício de Nassau de Juazeiro do Norte 04. <https://orcid.org/0009-0003-7254-0962>.

⁵ Enfermeira, Universidade Federal Fluminense 05. <https://orcid.org/0000-0001-9598-2147>.

⁶ Graduanda em Psicologia, Universidade Federal de Roraima 06. <https://orcid.org/0000-0002-4903-4784>.

⁷ Enfermeira, Faculdade Unida de Campinas 07. <https://orcid.org/0000-0001-6712-6482>.

⁸ Graduada em Fisioterapia, Universidade Estácio Fal Alagoas 08. <https://orcid.org/0000-0002-8132-4079>.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a violência é caracterizada como um fenômeno social no qual pode ser compreendida de forma antropológica, jurídica, sociocultural, psicológica e biológica, adotando assim uma visão de multicausalidade (CURIA et al., 2020).

Nesse contexto, existe uma compreensão a partir de uma perspectiva de problema de saúde pública, pois ao passo que a violência afeta de forma individual, conseqüentemente atinge também a saúde coletiva, o que repercute em demandas de políticas públicas (AOYAMA et al., 2022).

Logo, percebe-se que a sociedade convive diariamente em meio aos atos de violência praticados contra mulheres e que tais atos não se restringem a determinados conceitos, pois mulheres de todas as classes sociais, raças/etnias e de todos os níveis de escolaridade são vitimadas por agressões físicas, abusos, estupros e tortura psicológica (SHIMABUKURO et al., 2023).

Assim, a violência quando praticada contra a mulher, é entendida como violência de gênero, pois está envolvida nas relações afetivas homem-mulher e a demonstrações de poder. Tal problema encontra-se envolvido na hierarquia masculina, enraizada culturalmente, a qual instiga a prática da violência por meio do silêncio, sendo tratada como uma questão particular (SIQUEIRA et al., 2018).

Estudos indicam que tal ato praticado contra a mulher provoca riscos significativos na saúde física e mental das vítimas, o que repercute em problemas de saúde pública. Normalmente, tais atos têm como principal agressor os companheiros e ocorre principalmente no seio familiar (SIQUEIRA; ROCHA, 2019).

Sendo assim, foi sancionada a Lei da Violência Psicológica, de número 14.188/2021, onde a partir deste decreto, definiu-se a violência psicológica como o ato de causar dano emocional à mulher e que prejudique seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, mediante ameaças, constrangimentos, manipulação, chantagem, ridicularização, limitação de direitos ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica (MAGALHÃES et al., 2022).

Desse modo, a lei também determina inclusão do risco à integridade psicológica como justificativa para solicitação de Medida Protetiva contra o acusado, como também, a criação do Programa Sinal Vermelho, o qual tem o intuito de atuar no enfrentamento de situações de violência doméstica e familiar, através da organização de diversos setores públicos e privados (DE QUEIROZ; CUNHA, 2018).

Evidencia-se que a violência psicológica se expressa na vítima por meio de ameaças, medo, humilhação, indiferença, ciúmes e tortura. Tais manifestações provocam sérios danos psicológicos, como insegurança, frustração e ansiedade, por isso traz péssimas consequências, uma vez que afeta a autoestima e a saúde (ECHEVERRIA, 2018).

Embora tal situação seja invisibilizada, Leite et al (2017), em seu estudo com 991 usuárias de unidades de saúde, destacam a violência psicológica como a mais prevalente, com 25,3% dos dados. Assim, é válido ressaltar que a violência psicológica precede e ou ocorre concomitantemente com outras formas de violência, o que impede tantas vezes a vítima se libertar do agressor.

Desse modo, em meio a tantos maus-tratos, a mulher passa por grandes chances de reproduzir todo o amargor nos filhos, mesmo involuntariamente, levando conseqüentemente a manutenção igualmente perversa desse tipo de violência para a vida adulta dos filhos (CRUZ; IRFFI, 2019).

Tal violência, silenciosa em sua essência e vivenciada por muitas mulheres no dia a dia, é ainda pouco considerada por ser menos perceptível, tornando assim um assunto relevante de ser pesquisado, para que não seja levado a um plano secundário no que tange às pesquisas e à sua divulgação (LUCIANO et al., 2023).

Em suma, constata-se que, mesmo com grandes conquistas do feminismo ocidental na promoção de maior justiça social e igualdade, há ainda persistência de violência psicológica contra a mulher, o que gera dificuldades na compreensão da continuidade dessas práticas.

Visto isso, o presente estudo objetiva descrever o perfil epidemiológico da violência psicológica em mulheres no Rio de Janeiro através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O dado estudo constitui-se de uma pesquisa ecológica, transversal e retrospectiva com uma abordagem quantitativa (HOUVÈSSOU; SOUZA; SILVEIRA, 2021). De acordo com Lima-Costa e Barreto (2003) o estudo ecológico assemelha-se com a exposição de interesse entre os tipos populacionais das localidades (país, regiões e municípios) e o acontecimento de condições relacionadas à saúde ou doenças.

Nesse sentido, foi realizada a pesquisa quantitativa de caráter retrospectiva, onde as informações anteriores dos determinantes de exposição são coletadas pelo pesquisador (CAMARGO; SILVA; MENEGUETTI, 2019).

O estudo foi processado no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre os anos de 2017 e 2021 no estado do Rio de Janeiro (RJ). Desse modo, a pesquisa buscou informações sobre mulheres vítimas de violência psicológica a partir de dez anos de idade a sessenta anos ou mais de idade.

Segundo Zangirolami-Raimundo e Leone (2018) a pesquisa transversal é realizada pela coleta de dados em um tempo pequeno, onde as relações entre os fatores de risco, determinantes e as consequências ou efeitos (doenças, agravos, proteção).

Diante do exposto, esse tipo de pesquisa é favorável para conhecer a prevalência de uma população de acordo com um dado fenômeno (ZANGIROLAMI-RAIMUNDO; LEONE, 2018). Portanto, este estudo integrou as atribuições oriundas da Resolução nº 466/2012 e não necessitou da apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa devido a aplicação de dados secundários.

Nesse contexto, a tabulação de dados consistiu em realizar a análise do cruzamento das variáveis: violência psicológica, mulheres, faixa etária: a partir de 10 anos, estado do Rio de Janeiro, período: 2017-2021 com intuito de construir o perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência psicológica no estado do Rio de Janeiro.

3. RESULTADOS

Nessa perspectiva, abaixo apresentam-se os resultados dessa pesquisa, dividido em duas tabelas, sendo a Tabela 01, um apanhado para ver o quantitativo de artigos por ano no estado do RJ, e, a Tabela 02, traz as informações por faixa etária, onde tanto a tabela 01 quanto a tabela 02 fazem parte de uma análise epidemiológica. Dessa forma, a Tabela 01 e 02 apresentam a frequência das notificações de violência psicológica em mulheres no estado do Rio de Janeiro (RJ) entre os anos de 2017 e 2021, onde os dados da tabela 01 estão sendo apresentados em 3 colunas que seguem a seguinte ordem, respectivamente: Ano da notificação, frequência e porcentagem. Além disso, os dados da tabela 02 também estão divididos em 3 colunas que seguem a seguinte ordem, respectivamente: Faixa etária, frequência e porcentagem. Com isso, os dados da tabela 01 e 02 foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, por meio do Ministério da Saúde, no ano de 2023.

Desse modo, o estudo foi publicado no ano de 2023, mas cabe salientar que a análise epidemiológica foi entre os anos de 2017 e 2021, onde o percentual da tabela 01 se deu na seguinte ordem (2017 - 2021), respectivamente: 21,85%, 21,58%, 21,48%, 21,29% e 13,8%. Além disso, a taxa percentual da tabela 02 se deu da seguinte maneira (10 - 14, 15

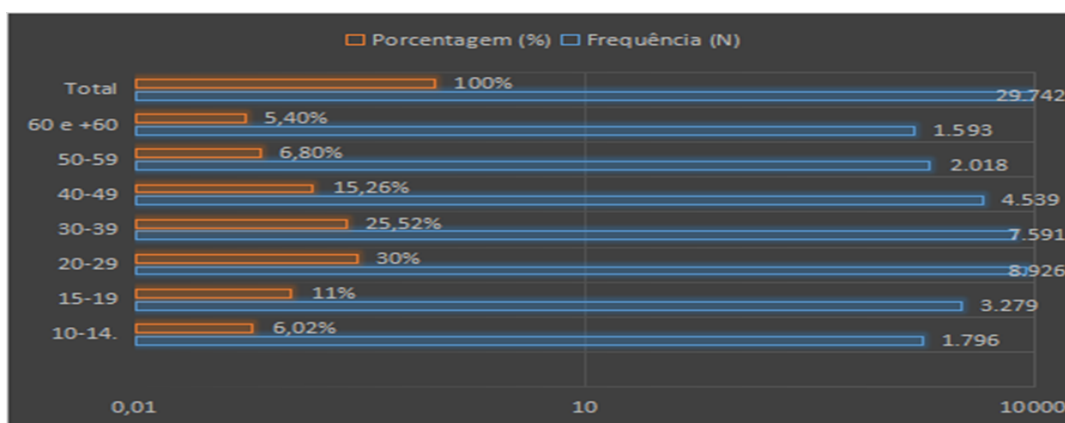
- 19, 20 -29, 30 - 39, 40 - 49, 50 - 59, 60 e mais anos), respectivamente: 6, 02 , 11 , 30 , 25,52 , 15,26 , 6,8 e 5,4. Diante disso, os conteúdos das pesquisas encontradas referiam-se sobre o perfil epidemiológico da violência psicológica em mulheres no RJ.

Tabela 1: Frequência das notificações de violência psicológica em mulheres. Rio de Janeiro – RJ, 2017-2021.

Ano da notificação	Frequência (N)	Porcentagem (%)
2017	6.497	21,85%
2018	6.417	21,58%
2019	6.388	21,48%
2020	6.330	21,29%
2021	4.110	13,8%
Total	29.742	100%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2023.

Gráfico 1: Frequência das notificações de violência psicológica em mulheres por faixa etária. Rio de Janeiro – RJ, 2017-2021.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2023.

4. DISCUSSÃO

De acordo com os resultados encontrados, observamos 29.742 notificações, com uma estabilidade dos casos de violência psicológicas entre os anos de 2017 e 2020, no entanto,

nota-se uma diminuição expressiva no ano de 2021, de 2.220 casos em relação ao ano anterior, o que demonstra uma redução de, aproximadamente, 35% na notificação (DATASUS/ RIO DE JANEIRO, 2023).

A partir dos dados retirados do DATASUS/RJ (2023), pode-se destacar que houve uma diminuição da notificação de mulheres em relação a violência psicológica em 2021 no estado do RJ.

Desse modo, vale-se ressaltar que a violência contra as mulheres, incluindo a violência psicológica, é um problema grave e persistente, que muitas vezes é subnotificado e enfrenta diversos desafios para sua prevenção e combate.

Com isso, a diminuição da violência contra as mulheres requereu-se da implementação de políticas públicas efetivas, ações de prevenção, conscientização e educação, por meio de veículo de comunicação, assim como o fortalecimento do acesso a serviços de apoio e proteção às vítimas, como o número telefônico 181.

Segundo um estudo realizado no estado do Espírito Santo (SANTOS et al., 2020), a violência psicológica é considerada a mais prevalente dentre as demais violências, entretanto, não é o que se observa nas notificações (2.129 notificações de violência física e 792 notificações de violência psicológica no mesmo período estudado) (DATASUS/ ESPÍRITO SANTO, 2023).

Em concordância com o estudo relatado, no estado do Rio de Janeiro também se observa uma enorme predominância das notificações de violência física (89.989 casos entre 2017 a 2021) quando comparadas à violência psicológica (29.742 casos entre 2017 a 2021) (DATASUS/ RIO DE JANEIRO, 2023).

O baixo número de notificações se dá pelo predomínio de ocorrências em ambiente familiar e que, além de dificultar a identificação da violência por parte da mulher, faz com que contribua para a subnotificação e invisibilidade, por muitas vezes não ser interpretada como um problema público, mas sim privado (DE JESUS; LIMA, 2018).

No que diz respeito à frequência da notificação relacionada à faixa etária, há uma predominância durante a fase adulta, principalmente entre 20 a 49 anos, que corresponde a 70,78% do total de casos. Na infância/adolescência e na terceira idade, observamos um menor número de notificações, sendo 17,02% e 12,20%, respectivamente (DATASUS/ RIO DE JANEIRO, 2023).

É importante notar que a subnotificação da violência psicológica contra mulheres é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores sociais, culturais e individuais. Pode ser resultado de medo, vergonha, estigma, falta de informação, falta de acesso a

serviços adequados, entre outros. É fundamental que a sociedade e as autoridades estejam atentas a esse problema e trabalhem para garantir que as mulheres tenham acesso a canais seguros e efetivos para denunciar e buscar apoio em casos de violência psicológica e de gênero.

A subnotificação da violência psicológica contra mulheres na faixa etária infantil e idosa também pode ser influenciada por uma série de fatores específicos relacionados à idade e fatores gerias relacionados à vulnerabilidade, falta de conscientização, relações de dependência e barreiras institucionais.

Desse modo, é fundamental promover a conscientização sobre a violência psicológica contra mulheres em todas as faixas etárias, para assim garantir a existência de serviços especializados e eficazes para atender crianças, adolescentes, mulheres adultas e idosas vítimas de violência psicológica.

Seguindo essa perspectiva, a capacitação dos profissionais de saúde e serviços sociais se faz de extrema relevância, pois haverá uma identificação e abordagem a violência psicológica em diferentes contextos e faixas etárias, onde promoveria a discussão e criação de canais de detecção de tal ocorrência.

O “ser mulher” é um estado tangível de vulnerabilidade decorrente de processos históricos e culturais marcados pelo machismo e pelo patriarcado. Até pouco tempo, pais e maridos gozavam da legitimidade concedida pelo Estado para castigar fisicamente as mulheres e meninas de sua família. Além disso, a forte influência das três principais religiões monoteístas mantém perpetrada a percepção nociva da subordinação do feminino ao masculino (SOARES, GUIMARÃES E BONFADA, 2021).

Para Soares, Guimarães e Bonfada (2021) o segundo tipo de agressão mais praticada costuma ser a psicológica, dado que, os autores estão praticando formas mais sorrateiras de agressão devido a intenção de causar danos sem deixar indícios visíveis e porque estas são uma alternativa mais sutil de dominação.

Um estudo transversal realizado por Mascarenhas et al. (2020) utilizou dados de notificação compulsória de violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres maiores de 15 anos de idade, obtidos a partir do SINAN no período de 2011 a 2017. Foram notificados 454.984 casos de violência perpetrados por homens contra mulheres, dos quais 62,4% eram VPI. O segundo tipo de violência mais notificado foi a psicológica (53,1%), sendo mais predominante entre mulheres com idade igual ou superior a 40 anos.

Para Mascarenhas et al. (2020), uma dinâmica observada na maioria dos casos de violência contra a mulher é a da procura por atendimento de saúde ou auxílio policial

somente quando a violência ultrapassa as barreiras do dano psicológico e transforma-se também em dolo físico. Nessa conjuntura, muitas mulheres padecentes de outros tipos de violência, que não física, têm mais dificuldade de reconhecerem-se como vítimas.

Ainda sobre as dinâmicas comumente observáveis na violência psicológica, segundo Mascarenhas et al. (2020), são muitos os casos de violência psicológica que chegam ao conhecimento dos serviços de saúde sob a forma de psicossomatizações, como dores crônicas, síndrome do pânico, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares. O não reconhecimento desses quadros como decorrentes de violência, por sua vez, sugere a presença constante de sub-registro de violência psicológica.

Como limitação do nosso estudo, podemos elencar que, por se tratar de um estudo descritivo, ele se baseia em dados secundários coletados previamente, necessitando de estudos prospectivos para complementar nossos resultados. Ademais, a violência psicológica, por ser ainda subnotificada e, muitas vezes, de difícil percepção da vítima, limita nosso estudo por dessa forma, não conseguirmos contemplar a totalidade dos casos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil epidemiológico da violência psicológica em mulheres no estado do Rio de Janeiro (RJ) está em uma situação de preocupação, pois houveram 29.742 notificações de mulheres entre a faixa etária de 10 à mais de 60 anos, onde a faixa etária mais acometida foi a de 20 - 29 anos, o que equivale a 30% da população de mulheres no estado do RJ entre os anos de 2017 - 2021.

Dessa forma, a pesquisa mostra que a violência psicológica contra a mulher é uma eventualidade que está presente no cotidiano de muitas mulheres no RJ. Nesse sentido, se faz necessário uma análise compreensiva e reflexiva de maior aprofundamento das mulheres neste estado, pois estudos caracterizam a violência psicológica por padrões de comunicação ou comportamental que intimidam, controlam, manipulam ou humilham a vítima, causando-lhe sofrimento emocional e afetando negativamente a sua autoconfiança, saúde mental e autoestima, onde os efeitos mais comuns são: Trauma psicológico, baixa autoestima/autoconfiança, isolamento social, impacto na saúde física, dentre outros.

Desse modo, ainda, vale-se necessário destacar a melhora das políticas públicas e da prestação dos serviços básicos e necessários dos profissionais de saúde que visam o melhor atendimento para esta demanda, pois as mulheres acometidas por essa infeliz realidade precisam de acolhimento e escuta. Além disso, deve-se dizer também que são

necessárias medidas interventivas de instituições, postos de saúde, comunidade, redes de apoio, dentre outros que também sofrem com os efeitos da violência psicológica.

REFERÊNCIAS

AOYAMA, Patricia Cristina Novaki et al. AS DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES: A (IN) VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 30, n. 2, 2022.

CRUZ, Mércia Santos; IRFFI, Guilherme. Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2531-2542, 2019.

CURIA, Beatriz Gross et al. Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020.

DE BARROS SIQUEIRA, Vitória et al. Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde. **Revista de APS**, v. 21, n. 3, 2018.

DE QUEIROZ, Rosana Ataide; CUNHA, Tania Andrade Rocha. A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória. **Revista Nupem**, v. 10, n. 20, p. 86-95, 2018.

DE JESUS, Gedalva Bispo; LIMA, Thiago Cavalcante. Mulher vítima de violência psicológica: contribuições clínicas da terapia cognitivo-comportamental. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 114-119, 2018.

ECHEVERRIA, Gabriela Bothrel. A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. **Cadernos de Gênero e diversidade**, v. 4, n. 1, p. 131-145, 2018.

HOUVÊSSOU, Gbènkpon Mathias; SOUZA, Tatiana Porto de; SILVEIRA, Mariângela Freitas da. Medidas de contenção de tipo lockdown para prevenção e controle da COVID-19: estudo ecológico descritivo, com dados da África do Sul, Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Itália e Nova Zelândia, fevereiro a agosto de 2020. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 30, 2021.

LEITE, FMC et al. Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 51, p. 33, 2017.

LUCIANO, Thaís Verly et al. Violence in Quilombola women living in rural communities in Brazil. **Revista de saúde pública**, v. 56, 2023.

MAGALHÃES, Beatriz de Castro et al. "EMPODEREENF": construção de aplicativo para educação permanente de enfermeiros sobre violência psicológica contra a mulher. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022.

MASCARENHAS, M. D. M. et al.. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200007.SUPL.1, 2020.

SANTOS, Ione Barbosa dos et al. Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 5, pp. 1935-1946, 2020.

SHIMABUKURO, Juliana Emi et al. Violência contra a mulher e relação com depressão: um estudo em uma unidade de atenção primária à saúde no município de Cascavel. **Research, Society and Development**, v. 12, 2023.

SIQUEIRA, Camila Alves; ROCHA, Ellen Sue SOARES. Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 2, n. 1, p. 12-23, 2019.

SOARES, M. L. M.; GUIMARÃES, N. G. M.; BONFADA, D.. Tendência, espacialização e circunstâncias associadas às violências contra populações vulneráveis no Brasil, entre 2009 e 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, p. 5751–5763, nov. 2021.